

CORREIO
ECONÔMICO

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Decisão é prejudicial por reduzir competitividade brasileira, diz Fiesp

Indústria brasileira repudia
taxação dos EUA sobre o Brasil

O governo dos Estados Unidos anunciou na madrugada (horário de Brasília) desta quinta-feira (16) a nova taxaço de 25% sobre produtos brasileiros e as entidades que represen- tam vários setores da indústria brasileira reagiram fortemen- te à medida determinada pelo presidente Donald Trump. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), divulgou comunicado no qual “lamenta com profunda preocupação a aplicação de uma sobretaxa às exportações de produtos brasileiros ao mercado norte-americano”. “A decisão é especialmente prejudicial por se limitar de forma unilateral ao Brasil, o que reduz significativamente a competitividade do país perante concorrentes globais”, diz a Fiesp. A entidade reafirmou também o “seu compromisso com a diplomacia empresarial”.

Federação das Indústrias do Estado de MG

Quem também se manifestou sobre a taxaço norte-ame- ricana sobre a economia brasileira foi a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). “A Fiemg manifesta profunda preocupação com o recente aumento das tarifas aplicadas pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros”. Em sua manifestação, a Fiemg reforçou a “im- portância do diálogo e da cooperação entre os países, espe- cialmente em um momento em que se exige serenidade e responsabilidade nas relações comerciais internacionais”.

ISIS GRAZIELLE/ FIEMG



Fiemg reforçou a importância do diálogo e da cooperação

Confederação Nacional das Indústrias

Ricardo Alban, presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), também criticou a aplicação de taxas contra o Brasil, determinada pelo governo dos EUA. “Os efeitos do aumento de tarifas dos Estados Unidos estão sendo cada vez mais sentidos pela indústria brasileira: 20 dos 27 estados reduziram suas exportações ao mercado norte-americano no primeiro trimestre”, afirmou Alban. “Diante do anúncio, o ce- nário tende a piorar, corroendo ainda mais a competitividade da indústria brasileira”, acrescentou.

Sobretaxa foi divulgada na madrugada de quinta

O governo dos Estados Unidos anunciou uma sobretaxa de 25% sobre produtos exportados pelo Brasil para aquele país, na madrugada de quinta-feira, horário de Brasília. A decisão entra em vigor a partir de 22 de julho. Ela vai incidir sobre produtos que não estão na lista de exceção. Ficaram de fora produtos como café, suco de laranja, carne bovina, aeronaves, entre outros.

Cadastros de CNPJ's I

O Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários aprovou, em reunião realizada na última terça (14), Acordo de Cooperação Técnica com a União, represen- tada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, órgão do Ministério da Fazenda. O acordo tem como finalidade a integração dos procedimentos de cadastro.

Cadastros de CNPJ's II

Otto Lobo, Presidente da CVM., comentou: “Ao promover a integração dos procedimentos relacionados ao CNPJ e ampliar o intercâmbio de informações cadastrais, a iniciativa con- tribui para tornar os serviços mais ágeis, eficientes e seguros, beneficiando tanto as entidades registradas na CVM quanto a administração pública.”

Sonegação e calote I

O estudo Quem Financia a Previ- dência Social? Evidências Seto- riais e Distributivas das Lacunas Tributárias no Brasil, elaborado por auditores da Receita Federal do Brasil (RFB) aponta que 56% do potencial de arrecadação da Previdência Social não é reco- lhido em razão de benefícios tributários, sonegação, inadim- plência e litígios.

Sonegação e calote II

Imunidades constitucionais, regimes especiais, como o Mi- croempreendedor Individual, e outros tratamentos tributários previstos na legislação corres- pondem a R\$ 28 de diferença. A sonegação responde por R\$ 22, enquanto as contestações de cobrança e valores, mas não pagos, somam R\$ 6. Os dados se referem ao ano-base de 2019.

Prisma Fiscal I

A mediana das projeções do Prisma Fiscal para o déficit primário do governo central em 2026 passou de R\$ 59,016 bi- lhões, em junho, para R\$ 58,077 bilhões, em julho. Na projeção para 2027, o valor passou de R\$ 54,715 bilhões para R\$ 53,878 bilhões no mesmo período. Os dados foram divulgados na terça pela Fazenda.

Prisma Fiscal II

A estimativa para a arrecadação das receitas federais em 2026 passou de R\$ 3,156 para R\$ 3,175 trilhões entre junho e julho. No caso de 2027, a mediana variou de R\$ 3,350 trilhões para R\$ 3,374 trilhões. Em relação à re- ceita líquida do governo central, o valor previsto para 2026 foi de R\$ 2,555 trilhões, em junho, R\$ 2,566 trilhões, em julho.



As tarifas de 25% devem entrar em vigor no próximo dia 22

Aeronaves, óleo,
café e carne
estão fora do
tarifaço dos EUA

Setores estão entre os principais da
pauta exportações para o país

Da Redação

Itens de aviação civil, pe- tróleo, carne bovina e café, que juntos responderam por um terço da pauta de exporta- ções do Brasil para os Estados Unidos, no primeiro semestre deste ano, não estão sujeitos ao tarifaço imposto aos pro- dutos brasileiros.

Nesta quarta-feira (15), o Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR) impôs uma sobretaxa de 25% sobre vários produtos prove- nientes do Brasil. Também estão isentos da cobrança ex- tra produtos como celulose, minério de ferro, ferro-gusa, laranja e suco de laranja.

Por outro lado, alguns se- tores não conseguiram se livrar da taxaço, como fer- ro e aço, vestuário, calçados, açúcar, etanol, produtos far- macêuticos, maquinário agrí- cola, máquinas elétricas não voltadas ao setor de aviação, além de outros produtos ma- nufaturados.

As isenções foram estabe- lecidas pelos Estados Unidos para aqueles produtos brasi- leiros que não são produzi- dos internamente por lá em quantidade suficiente ou a preços razoáveis, evitando as- sim escassez de determinados produtos no mercado consu- midor e perturbações na eco-

nomia daquele país.

As tarifas de 25% foram anunciadas nesta quarta-fei- ra (15) e devem entrar em vi- gor no próximo dia 22, depois de uma investigação do USTR.

O USTR justificou suas ta- xas dizendo que certas práti- cas adotadas pelo Brasil eram descabidas e oneravam ou restringiam o comércio de agricultores, trabalhadores, inovadores e exportadores estadunidenses.

Já o governo brasileiro re- pudiou as novas tarifas, disse que não reconhece a legiti- midade da investigação do USTR e acrescentou que não há jus- tificativa para essas medidas.

O Brasil informou ainda que “iniciará imediatamente os trâmites para acionar os instrumentos previstos na Lei de Reciprocidade, aprovada por unanimidade pelo Con- gresso Nacional, e retomará o tema no âmbito do meca- nismo de solução de contro- vérsias da OMC [Organização Mundial do Comércio]”.

Entidades representativas do setor cafeeiro, entre elas, a Associação Brasileira da Indústria de Café, a Associa- ção Brasileira da Indústria de Café Solúvel e o Conselho dos Exportadores de Café do Bra- sil, celebraram o fato do café brasileiro ter ficado de fora desta tarifaço.